

Diplomacia feminista: aceleremos a mobilização



» EMMANUEL LENAIN
Embaixador da França no Brasil

Como nos unir, agir e resistir juntos em defesa dos direitos das mulheres, das meninas e da igualdade de gênero? Essa é a questão central da 4ª Conferência Ministerial das Diplomacias Feministas, que a França acolhe nos dias 22 e 23 de outubro de 2025. Esta conferência reúne ministros das Relações Exteriores de todas as regiões do mundo, representantes de organizações internacionais, bancos públicos de desenvolvimento, bem como da sociedade civil, da academia e de fundações filantrópicas.

A França fez da defesa dos direitos das mulheres e das meninas e da igualdade de gênero uma questão estratégica e geopolítica para construir sociedades justas, inclusivas, pacíficas e sustentáveis. Pesquisas demonstram que a participação das mulheres nos processos de negociação aumenta em 35% a probabilidade de um processo ser sustentável. Da mesma forma, políticas que integram plenamente a igualdade de gênero permitem combater de forma mais eficaz o aquecimento global, estimular o crescimento e reforçar a resiliência das nossas sociedades.

Enquanto as desigualdades de gênero persistem, ainda há muito a ser feito — No ritmo atual, segundo a ONU Mulheres, seriam necessários cerca de 300 anos para alcançar a igualdade real no mundo.

A violência sexual relacionada a conflitos aumentou 50% entre 2022 e 2023. Em muitos países, milhões de mulheres são privadas do direito fundamental de dispor de seu corpo: 193 milhões de mulheres só têm acesso ao aborto quando sua vida está em perigo e 142 milhões não têm acesso em nenhuma circunstância. Em todos os lugares onde as crises abalam o tecido social, no Afeganistão, no Irã, em Gaza, na Ucrânia, no Sudão, são os direitos das mulheres os primeiros a serem atingidos.

A França e seus parceiros já atuam em favor dos direitos das mulheres e das meninas — Desde 2019, a França promove uma diplomacia feminista, estabelecendo a igualdade de gênero e os direitos das mulheres como prioridade transversal de sua ação externa: paz e segurança, desenvolvimento, governança democrática, ação humanitária, entre outros. Longe de ser um discurso meramente retórico, essa diplomacia feminista se concretiza em políticas públicas concretas e parcerias sólidas.

Em 7 de março de 2025, a França apresentou sua Estratégia Internacional para uma Diplomacia Feminista. Uma estratégia de cinco anos com cinco pilares e compromissos concretos. A defesa dos direitos e da saúde sexual e reprodutiva é intensificada. Novas prioridades são estabelecidas, colocando a igualdade de gênero no centro da resposta da

França aos desafios contemporâneos: crises econômicas, mudanças climáticas, saúde, finanças internacionais, tecnologia digital e inteligência artificial.

A diplomacia feminista da França implementa iniciativas emblemáticas. É o caso do Fundo de Apoio às Organizações Feministas (FSOF), lançado em 2020 em benefício de mais de 1.400 organizações em 75 países. Outro exemplo é o laboratório para os direitos das mulheres on-line, criado em 2024. Trata-se da primeira plataforma internacional de intercâmbio e incubação de projetos contra a violência de gênero no ambiente digital.

Uma conferência de alto nível para reafirmar nossa determinação e ambição coletiva — Num contexto internacional marcado por uma redução significativa do financiamento dedicado e pelo aumento da força dos movimentos antidireitos, a 4ª Conferência Ministerial das Diplomacias Feministas reafirma a nossa determinação comum em defender e promover os direitos das mulheres e a igualdade de gênero, sem aceitar qualquer retrocesso. Acreditamos que essa é uma causa de todas e de todos. Nas primeiras edições da Conferência — na Alemanha, em 2022, nos Países Baixos, em 2023 e no México, em 2024 —, divulgamos e reforçamos o conceito de diplomacia feminista, incentivando outros Estados a adotá-lo. Agora, vamos mais longe. É um orgulho para a França contar com a participação do Brasil nesta conferência. É uma oportunidade para avançar em pautas comuns pela defesa da igualdade de gênero, dos direitos das mulheres e das meninas e dos direitos e da saúde sexual e reprodutiva. Juntos, juntas, continuaremos a agir.



A fome e a produção de alimentos no Brasil



» ALDO PAVIANI
Geógrafo e professor emérito da Universidade de Brasília

O Brasil conquistou, novamente, um lugar de destaque no cenário internacional ao deixar o Mapa da Fome, pela segunda vez, e se consolidar como um dos maiores produtores de alimentos do mundo. Diversas partes do país produzem alimentos e frutas como no sertão do Nordeste, após receber água por canais construídos para desviar água do Rio São Francisco, uma dívida para que essa água vença o que foi por muitos séculos um dos maiores problemas do território chamado de Semiárido Nordestino.

O país teria condições de alimentar a própria população e se organizar para exportar. Se exportasse, poderia matar a fome de populações sofridas de outras regiões do mundo que possuem carência alimentar. No entanto, o Brasil convive com uma dura contradição: embora o país seja uma potência agrícola, milhões de brasileiros ainda enfrentam a incerteza sobre o que pôr na mesa.

O acesso a uma alimentação saudável, adequada e nutritiva permanece restrito a uma parcela privilegiada da população brasileira — classe média e alta — enquanto a grande maioria, especialmente periferias urbanas pobres e comunidades vulneráveis, sofrem com a insegurança alimentar. Não fazem sequer três refeições ao dia. Essa situação de

penúria não se configura apenas nos dias correntes, conforme escreve Josué de Castro em suas obras como *Geografia da Fome* (1946) e *Fome: um tema proibido* (1996). Nessa segunda obra o autor escreve: “Nas terras pobres famintas do Nordeste brasileiro, onde nasci, é hábito servir-se um pedacinho de carne seca com um prato bem cheio de farofa.

O suficiente de carne — quase um nada — para dar gosto e cheiro a toda uma montanha de farofa feita de farinha de farofa, escaldada com sal” (Castro, p. 23, 1996). Josué de Castro, ao falar sobre esse tema, poderia estar falando e escrevendo sobre uma grande parte do Brasil, em rincões do interior onde produtos alimentares industrializados ou mesmo frutas e verduras da própria região não chegam aos famintos desses territórios longínquos.

Essa desigualdade no acesso aos alimentos revela uma face cruel de nosso país. Os alimentos verdadeiramente adequados geralmente estão nas mãos daqueles que possuem melhores condições financeiras — as classes média e alta — deixando os mais pobres à mercê de poucas escolhas, não apenas limitadas, mas também com uma qualidade alimentícia inferior. A lógica mercadológica das cidades faz com que produtos ultraprocessados, com baixo valor nutricional, sejam mais acessíveis para quem vai ao supermercado se abastecer, contribuindo com a distribuição de uma alimentação inadequada e agravando problemas de saúde pública.

Surgem doenças crônicas, que atingem exponencialmente as populações de baixa renda. Ainda bem que no Brasil há o SUS (Sistema Único de Saúde), que se faz presente em todas as regiões e que atende a população inteira e ainda é elogiado

por países ricos do Norte, que não possuem um sistema como o SUS. E a elite do país não se importa com essa situação e se organiza para que a eles não falem alimentos. Tais fatos já eram observados em meados do século 20 por Josué de Castro, geógrafo, cientista e escritor, que ressaltava que a fome não era resultado de fatores naturais, apenas, mas sim das ações humanas que corroboram com a ausência da distribuição alimentícia ideal. Hoje, apesar de haver uma maior oferta global de alimentos, a sua distribuição equitativa é o desafio mais urgente.

O problema não está na falta de alimentos. O que muitos não conseguem é ter acesso a eles como indicado acima. Avançar no aspecto da distribuição de alimentos, que exige olhar para além da produção agrícola e assegurar que os alimentos apropriados cheguem a todos os lares brasileiros, independente de sua classe social. Parece utopia, todavia, a disparidade econômica no Brasil é um dos principais fatores que distancia os cidadãos ao acesso integral aos alimentos saudáveis e com grande teor nutricional.

Por isso, torna-se imprescindível serem fortalecidos os programas de proteção social e de combate com rigor à influência da indústria dos alimentos ultraprocessados, que substituem refeições saudáveis e comprometem a saúde dos mais vulneráveis. A garantia de uma alimentação saudável é um passo indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, longe da fome e da injustiça nutricional. O Brasil pode e deve usar sua capacidade produtiva para erradicar não apenas a fome, mas também a desigualdade no acesso a alimentos que dignificam a vida e promovem a saúde de toda a população.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Sempre a imagem

Dez anos depois do maior desastre ambiental do país, a ferida aberta em Mariana segue supurando entre os escombros da burocracia e o silêncio conveniente dos que lucraram com a lama. O rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em novembro de 2015, arrastou com seus 44 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério não apenas casas e plantações, mas também a crença — já rarefeita — de que a justiça brasileira pudesse ser célere, eficaz e equitativa. Dez anos depois, ou 11 conforme o calendário das vítimas, a reparação ainda se arrasta como uma lesma manca pelos corredores do Judiciário.

Foram mais de 300 mil pessoas atingidas direta, ou indiretamente, pela avalanche de resíduos que desceu das encostas de Bento Rodrigues até o leito do Rio Doce, apagando do mapa comunidades inteiras, destruindo o bioma e comprometendo a vida aquática até a foz, no Espírito Santo. Oficialmente, 19 pessoas morreram nos minutos seguintes ao desmoronamento, mas os moradores locais garantem que o número é maior. Há mortos sem nome, desaparecidos sem estatística e histórias que o tempo e o descaso se encarregaram de soterrar sob toneladas de lama tóxica.

As mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton — esta última de origem britânica — seguem, desde então, em um vaivém processual que mais parece uma coreografia bem ensaiada da impunidade. Enquanto isso, parte das vítimas morreu sem receber indenização, e outras sobrevivem com pequenas pensões, sem o direito elementar à recomposição do lar e da dignidade. É um roteiro conhecido: de um lado, empresas com exércitos de advogados; de outro, cidadãos invisíveis, sem o peso social ou econômico capaz de fazer girar a roda emperrada da justiça.

Estudo recente da Fundação Getúlio Vargas apontou que a expectativa de vida das populações expostas aos rejeitos metálicos — ferro, silício, alumínio e outros — caiu em média dois anos e meio desde o desastre. Trata-se de um dado estarrecedor, mas que pouco ecoa nos relatórios oficiais. O metal pesado, afinal, não intoxica apenas os corpos: envenena também a memória coletiva e a moral pública.

De lá para cá, formou-se uma cadeia infindável de comissões, fundações e comitês. Criou-se até uma entidade chamada Fundação Renova, encarregada de coordenar a reparação, que mais tarde foi extinta, deixando para trás o mesmo rastro de incertezas que a lama deixou nas margens do rio. Cada tentativa de acordo entre Estado e empresas resultou em novas repactuações, novos prazos e novas cifras. O último grande acerto, celebrado com pompa em 2024, prevê o pagamento de R\$ 170 bilhões aos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, valor que soa grandioso até que se descobre o detalhe: o montante será parcelado ao longo de vinte anos. Um tempo suficientemente longo para que a lembrança do desastre se dissipe e os beneficiários iniciais talvez já não estejam vivos para usufruir da justiça prometida.

Aos moradores e pequenos agricultores restam cifras modestas: R\$ 35 mil para uns, R\$ 95 mil para outros. Em troca, uma década de sofrimento, doenças, deslocamentos forçados e o peso psicológico de assistir ao desaparecimento de um modo de vida. As mineradoras, por sua vez, terão ainda de reconstruir casas — como se tijolos e rebocos pudessem restaurar a alma perdida de Bento Rodrigues.

Enquanto isso, a outra face do litígio se desenrola em Londres, onde uma ação coletiva movida por milhares de atingidos contra a BHP Billiton cobra uma indenização de R\$ 230 bilhões. O caso brasileiro, ao que parece, precisou atravessar o Atlântico para que se encontrasse esperança de justiça. E foi justamente isso que incomodou o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), que recorreu ao Supremo Tribunal Federal. Em decisão monocrática, o ministro Flávio Dino restringiu a atuação dos municípios que contrataram escritórios estrangeiros para tratar do caso. Para o então presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, permitir que uma tragédia ocorrida em solo nacional fosse julgada por outro país seria “muito ruim para a imagem da Justiça brasileira”.

Talvez o ministro tivesse razão quanto à imagem. O problema é que a imagem, diferentemente da justiça, não precisa ser reparada, apenas preservada. O que se busca em Londres não é vaidade institucional, mas resposta efetiva. E essa, ao que tudo indica, tarda.

A frase que foi pronunciada:

“Da terra, da água, do sol e do ar, só faltam dois pra tributar.”

Delegado Peralta

Binacional

» Esperança no senador Esperidião Amin. Esforço hercúleo em estabelecer um teto para o preço da energia elétrica vinda da usina de Itaipu. O objetivo é baratear a tarifa para o consumidor. Agora, com o estímulo aos carros elétricos, o consumidor que gerar mais energia, contribui com o governo. Esperidião Amin quer o contrário. Na historinha de Brasília, abaixo, energia já era problema.

» História de Brasília

Ademais, o problema da falta de energia elétrica é uma constante preocupação. Quanto ao DI, falta regularizar os lotes para que possam ser vendidos a quem possa construir, e destruir os barracos de madeira. (Publicada em 10/5/1962)